

Pedro Demo

I

Pesquisar — O que é?

1. Desmitificando o conceito

O processo de pesquisa está quase sempre cercado de ritos especiais, cujo acesso é reservado a poucos iluminados. Fazem parte desses ritos especiais certa trajetória acadêmica, domínio de sofisticadas técnicas, sobretudo de manejo estatístico e informático, mas principalmente o destaque privilegiado no espaço acadêmico: enquanto alguns somente pesquisam, a maioria dá aulas, atende alunos, administra.

Para tanto, estuda-se metodologia, em particular técnicas de pesquisa, que ensinam como gerar, manusear e consumir dados, em contato com a realidade. A seguir, absorvem-se sofisticadas técnicas, a exemplo do pesquisador americano, perito em projeções, índices e taxas. Por fim, isso permite associar-se a pequeno grupo acima da média, que, além de perfazer a nata acadêmica, também tende a exclusivizar acesso a recursos. Surgem "patotas" autodefensivas, para evitar aulas e alunos, dispor do maior tempo possível para investigar, cultivar destaque profissional, garantir acesso a financiamento.

É preciso reconhecer que a formação sofisticada do pesquisador não é mal em si. Ao contrário, faz parte da cena, sempre. Em meio a ciências sociais muito teorizantes, fazem bem exigências específicas de tratamento empírico da

18 cópias

Trabalho de Campo I – Profa. Dra. Valeria de Marcos
Texto 6 – item 1.2 aula 2 e item 1.3 aula 3

DEMO, P. Pesquisar – o que é? In: _____ . Pesquisa princípio científico e educativo. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2006, p. 11-44 [p. 11-29 (aula 2) e p. 29-44 (aula 3)].

PESQUISA Princípio Científico e Educativo

12ª edição

 **CORTEZ
EDITORA**

realidade, tomando-se como aceitável aquilo que tem como provação factual. É comum, por exemplo, entre educadores a ignorância em termos de manuseio de dados e finanças, imaginando-se que a "dialética" compensa facilmente tais lacunas. Ledo engano. Uma coisa não substitui a outra.

Certamente, esse pesquisador "americano", além de muitas vezes decair na banalização imitativa colonialista, propende a disseminar uma visão curta de processo científico, atrelado ao empirismo e ao positivismo, fazendo sucumbir apuros técnicos a ingenuidades ou a dubiedades políticas. Esta crítica foi fartamente realizada pela *pesquisa participante*. Facilmente acontece que investimentos em pesquisa desse teor não conseguem ir além de acumular alguns perfis estatísticos, irrelevantes no contexto histórico, o que tem contribuído para dissociar sempre mais o processo de saber do processo de mudar. O que mais se sabe é como coibir mudanças (Brandão, 1982 e 1984; Demo, 1984). Todavia, *libertar a pesquisa do exclusivismo sofisticado* não pode levá-la ao exclusivismo oposto da banalização cotidiana mágica.

A desmitificação mais fundamental, porém, está na crítica à separação artificial entre ensino e pesquisa. Tomada como marca definitiva da nossa realidade educativa e científica, muitos estão dispostos a aceitar universalidades que apenas ensinam, como é o caso típico de instituições noturnas, nas quais os alunos comparecem somente para aprender e passar, e os professores, quase todos biscoiteiros de tempo parcial, somente dão aula. É comum o professor que apenas ensina, em especial o de 1º e 2º graus: estuda uma vez na vida, amalha certo lote de conhecimentos e, a seguir, transmite aos alunos, dentro da didática reprodutiva e cada dia mais desatualizada. Entretanto, essa imagem é parte constitutiva predominante, mesmo avassaladora, da universidade: a grande maioria dos professores só ensina, seja porque não domina

sofisticações técnicas da pesquisa, mas sobretudo porque admite a cisão como algo dado. Fez "opção" pelo ensino, e passa a vida contando aos alunos o que aprendeu de outrem, imitando e reproduzindo subsidiariamente.

No posto está a soberba do pesquisador exclusivo, que já considera ensino como atividade menor. Esta dicotomia evolui facilmente para a cisão entre teoria e prática: o pesquisador descobre, pensa, sistematiza, conhece. Cabe a outra figura, sobretudo a "decisores" assumir a intervenção na realidade. Saber desliga-se de mudar, o que pode acarretar para a atividade de pesquisa estigmas muito preocupantes, tais como (Demo, jul. 1987):

- a) cultivo do distanciamento útil e mesmo recaída na neutralidade farsante, comodista e elitista;
- b) contradição flagrante entre discurso crítico, por vezes radical, e o desvinculamento da prática, replicando conservedorismo gritante;
- c) função de "bobo da corte", reduzindo o conhecimento, sobretudo o crítico, na prática a estratégias de controle e desmobilização social;
- d) apropriação do saber, que passa sobretudo a manobra de acesso ao poder, afastando-se da função de transmissão socializada;
- e) favorecimento da alienação acadêmica no sentido de atividades tão especulativas, que nunca se sabe bem para que servem na prática, principalmente no cotidiano das pessoas e da sociedade.

De si, as ciências sociais tratam da *práxis histórica*, do seu presente, passado e futuro. Teorizar sobre ela é fundamental, mas seria prática inaudita permanecer apenas na teoria. Pesquisar somente para saber já seria proposta ali-

enante, porque desencarna a pesquisa da sua face inserida na realidade histórica, reduzindo-a ao esforço de sistematização de idéias e de especulação dedutiva. Saber está marcadamente ligado a *interesses sociais*, definidos aqui como contraposições dialéticas. Até mesmo acumular saber para cultivar a ignorância é possível e não raro sintomático. Muitos diriam que na televisão se faz isso com incrível competência: usam-se técnicas de comunicação para cultivar o analfabetismo político.

Como ator social, o pesquisador é fenômeno político, que, na pesquisa, o traduz sobretudo pelos interesses que mobilizam os confrontos e pelos interesses aos quais serve. Onde segue: pesquisa é sempre também fenômeno político, por mais que seja dotada de sofisticação técnica e se mascare de neutra. Não se reduz a fenômeno político, mas nunca o desfaz de todo. Por isso vale dizer: sabemos mais o que interessa. O que explica, em parte, por que conhecemos muito mais como não mudar, já que a produção de conhecimentos está nas mãos dos privilegiados. O desconforto pode ser griante, quando se descobre, por exemplo, que a pesquisa social sobre pobreza cresceu muito, mas nada tem a ver com a sua debelação. É difícil, talvez impossível, estabelecer uma correlação positiva entre o conhecimento da pobreza e o seu enfrentamento prático, embora não fosse impróprio constatar o inverso (Habermas, 1982).

Assim, desmitificar a pesquisa há de significar também o *reconhecimento da sua missão natural na prática*, para além de todas as possíveis virtudes teóricas, em particular da sua conexão necessária com a socialização do conhecimento. Quem ensina carece pesquisar; quem pesquisa carece ensinar. Professor que apenas ensina jamais o foi. Pesquisador que só pesquisa é elitista explorador, privilegiado e acomodado.

Prova visível da dicotomia artificial está no conceito de extensão, inventado precisamente porque a universidade tende a fugir da realidade concreta circundante. Embora extensão possa conter propriedades sustentáveis em si mesmas, de modo geral significa o arremedo empobrecido de vida acadêmica alienada. Esta invenção americana corresponde sobretudo ao mútuo desconhecimento entre quem pesquisa e quem ensina. Na Europa, dificilmente aparece a função de extensão, pela razão simples de que a atividade primeira da universidade é pesquisar, em sentido produtivo e construtivo, decidindo-se aí a origem básica do conceito de professor.

Professor é quem, tendo conquistado espaço acadêmico próprio através da produção, tem condições e bagagem para transmitir via ensino. Não se atribui a função de professor a alguém que não é basicamente pesquisador. Em vista disso, o termo professor é reservado para nível específico de amadurecimento acadêmico, geralmente o catedrático, o titular, que já teria demonstrado capacidade de criação científica própria. Outras figuras fazem parte da cena: docentes, assistentes, leitores, monitores etc., mas que não se dizem professores. No campo do 1º e 2º graus não há obviamente "professores", mas "instrutores" (*Lehrer*, na Alemanha; *teacher*, na Inglaterra), "mestres" (*maître*, na França) etc.

A postura européia tem o defeito de elitizar em excesso a pesquisa, se partirmos de que deve fecundar todos os níveis do saber, mas tem de correto a recusa de desvincular ensino de pesquisa. Por outra, pela via da pesquisa não se garante sem mais a presença da prática social adequada, o que recoloca a viabilidade da extensão. Todavia, é possível elaborar uma proposta de pesquisa que dispense a muleta da extensão, se for apenas muleta. Quando a prática se reduz a "estágio", extensão é necessária. Se, porém, prática fosse curricular, já é extensão.

Dito isso, cabe explicitar que o nosso posicionamento compreende a pesquisa não só como busca de conhecimento, mas igualmente como *atitude política*, sem reductionismo e embaralhamento, num todo só dialético. Aí cabe a sofisticação técnica, como cabe o seu cultivo especificamente acadêmico, desde que não desvinculado do ensino e da prática. Mas deve caber ainda a sua *cotidianização*, no espaço político de instrumento de acesso ao poder, a níveis críticos da consciência social, a domínio tecnológico diante do dado social e natural, a cultura própria. Em termos cotidianos, pesquisa não é ato isolado, intermitente, especial, mas *atitude* processual de investigação diante do desconhecido e dos limites que a natureza e a sociedade nos impõem. Faz parte de toda prática, para não ser ativista e fanática. Faz parte do processo de informação, como instrumento essencial para a emancipação. Não só para *ter*, sobretudo para *saber*, é mister *saber*.

O conhecimento gerado na academia é diferente do conhecimento comum, mas seria incompatível soberba não reconhecer neste também "saber". O alfabeto "não sabe" frente a critérios do culto, mas em seu universo gera níveis próprios do saber, que por vezes não precisam ser menos críticos. Sem recair jamais no elogio da ignorância — até porque seria coisa de esperto — cabe reconhecer que conhecimento é processo diário, como a própria educação, que não começa nem acaba. Diante da nossa ignorância e dos nossos limites, há sempre o que conhecer, sobretudo conhecer faz parte do conceito de vida criativa. Para criar, em especial para se emancipar, é mister informação competente.

Pesquisa é processo que deve aparecer em todo trajeto educativo, como *princípio educativo* que é, na base de qualquer proposta emancipatória. Se educar é sobretudo motivar a criatividade do próprio educando, para que surja o

novo mestre, jamais o discípulo, a atitude de pesquisa é parte intrínseca. Pesquisar toma aí contornos muito próprios e desafiadores, a começar pelo reconhecimento de que o melhor saber é aquele que sabe superar-se. O caminho emancipatório não pode vir de fora, imposto ou doado, mas será conquista de dentro, construção própria, para o que é mister lançar mão de todos os instrumentos de apoio: professor, material didático, equipamentos físicos, informação. Mas, no fundo, ou é conquista, ou é domesticação.

Desmitificar a pesquisa há de significar, então, a *superação de condições atuais da reprodução do discípulo*, comandadas por um professor que nunca ultrapassou a condição de aluno. O novo mestre não é apenas o magnata da ciência, o gênio incomparável, o metodólogo virtuoso, mas todo cidadão que souber manejar a sua emancipação, para não permanecer na condição de objeto das pressões alheias. Algo cotidiano, pois, como deve ser cotidiana a emancipação, o projeto próprio de ser sujeito na história. Nada é mais degradante na academia do que a cunhagem do discípulo, domesticado para ouvir, copiar, fazer provas e sobretudo "colar". Marca o discípulo a atitude de objeto, incapaz ou incapacitado de ter idéias e projetos próprios. Mais degradante ainda é o professor que nunca foi além da posição de discípulo, porque não sabe *elaborar ciência com as próprias mãos*. Como caricatura parasitária que é, reproduz isso no aluno.

Por outra, criar não é retirar do nada. Embora seja sempre preferível a criação claramente inspirada e inovadora, na expectativa cotidiana não é possível fazer regra do extraordinário. Precisamos reconhecer, no realismo do dia-a-dia que marca e limita pessoas e sociedades, que criar já é o processo de *digestão* própria, pelo menos a impressão de colorido pessoal em algo retirado de outrem. Mesmo porque, de modo

geral, assim começa a criação: pela cópia retocada. Com o tempo, emergem condições mais profundas de inovação, que não caem do céu por descuido, mas são construídas na história de vida, em processo de infundável conquista.

Vale, então, rever o conceito de aprendizagem, relacionado ao de ensinar, sempre restritos os dois a posições receptivo-domesticadoras. Educação aparece decaída na condição de instrução, informação, reprodução, quando deveria aparecer como ambiência de instrumentação criativa, em contexto emancipatório. O que conta aí é *aprender a criar*. Um dos instrumentos essenciais da criação é a pesquisa. Nisto está o seu valor também educativo, para além da descoberta científica.

2. Horizontes múltiplos da pesquisa

Compreendida como *capacidade de elaboração própria*, a pesquisa condensa-se numa multiplicidade de horizontes no contexto científico (Demo, 1985b). É comum prendê-la à sua construção empírica. O pesquisador aparece exclusivizado na condição de manipulador competente de dados factuais, nas ciências sociais. "Levantamento empírico" é seu conteúdo mais típico, geralmente único. Por outra, não se pode desconhecer que essa direção foi muito impulsionada, recebendo atualmente forte instrumentação por parte da informática computacional. A acumulação da pesquisa também passa quase exclusivamente pela montagem de conhecimento empírico validado.

Todavia, a pesquisa empírica é apenas um horizonte dela, que, se exclusivizado, já denota desvirtuamento típico do conceito de pesquisa. O primeiro reconhecimento é que

não se pode fazer levantamento empírico sem o concurso dos outros horizontes, aqui subsumidos em teoria, método e prática. O segundo será ressaltar a importância dessa mútua fecundação, seja para não ficarmos apenas na permuta de extremos, seja para não enclausurarmos a criatividade em vias únicas contraditórias, seja para recuperarmos propriedades das ciências sociais que jamais deveríamos reduzir a parâmetros das ciências naturais, por mais que haja evidente espaço comum.

Mesmo quando colocamos o desafio correto de que a pesquisa é descoberta da realidade, trata-se de um conceito estreito de realidade, se a restringirmos à sua manifestação empírica. A tendência de reduzir à sua expressão empírica é facilmente compreensível, porque é a mais manipulável diante da expectativa metodológica dominante. É tanto mais tratável cientificamente, aquilo que é mensurável, experimentalmente, observável.

Para muitos pode parecer estranho rejeitar que seja real apenas o que se "vê". Esta colocação tem grande significado, pois denota, desde logo, que não seria "realista" prender a realidade a um único parâmetro de pesquisa. Se soubéssemos com evidência incontestante o que é realidade, não seria mais necessária a ciência. Neste sentido, ciência vive do desafio imortredouro de descobrir realidade que, sempre de novo, ao mesmo tempo se descobre e se esconde. Possivelmente esta marca é comum também à realidade natural, mas é sobretudo característica da realidade social. "O que se vê", de modo geral, não é, nem de longe, a parte principal e, na consequência, o que está nos dados muitas vezes é manifestação secundária, ocasional, superficial.

Tomando exemplo próximo, o fenômeno do poder só pode ser captado de modo realista, se de partida não credi-

tarmos em sua manifestação externa, que sempre usa para se mascarar. Poder realmente importante, efetivo, é aquele que sabe esconder-se, precisamente para mandar sem ser percebido. Por vezes usamos o conceito de "informal", para denotar aquele poder que age por trás dos bastidores, exatamente para determinar com mais força. Não se conhece adequadamente o fenômeno do poder, se ficarmos na aparência empírica, até porque uma das faces mais típicas da ideologia é dissimular, mascarar, esconder (Foucault, 1979).

Sobretudo, faz parte do "empirismo" a demissão teórica, segundo a qual se reduz o que é mais importante ao que é mais empírico, sacrificando a realidade ao método de captação. Se isto for correto, a pesquisa coloca outro desafio: desfazer a aparência visível, observável, para surprender a realidade por trás disso. O pesquisador não somente é quem sabe acumular dados mensurados, mas sobretudo quem nunca desiste de questionar a realidade, sabendo que qualquer conhecimento é apenas recorte.

Assim, o mínimo que podemos dizer é que há horizontes não-empíricos, que fazem parte da realidade. É fundamental que a ciência os capte, principalmente é essencial que não reduza à realidade ao tamanho do que consegue captar. Esta crítica, entre outras, motivou o surgimento de metodologias alternativas, ditas por vezes qualitativas, que, sem dicotomizar quantidade e qualidade, pretendem trazer à cena da pesquisa a preocupação com realidade inesgotável no mensurável. Parte do processo emancipatório é tipicamente qualitativo, no sentido da qualidade política, feita de utopias e esperanças, ideologias e compromissos, influências e artes, participação e democracia. Não cabe mensurar. Nem por isso menos importante.

De partida, é mister ressaltar que ao lado da preocu-

pação empírica deve haver *preocupação teórica*. "Pesquisa teórica" pode parecer algo estranho, mas, olhando bem as coisas, é indispensável, como formulação de quadros explicativos de referência, burilamento conceitual, domínio de alternativas explicativas na história da ciência, capacidade de criação discursiva e analítica. À diferença do "teoricismo", que faz teoria pela teoria e vive da mera especulação, teoria faz parte inevitável de qualquer projeto de captação da realidade, a começar pelo desafio de definir o que seja "real".

De acordo com os quadros teóricos de referência, o real pode variar, inclusive apresentar-se contraditório. Para começar, todo dado empírico não fala por si, mas pela "boca" de uma teoria. Se fosse evidente em si, produziria a mesma análise sempre. Na prática, sucede exatamente o oposto: dependendo do quadro teórico de referência, o mesmo dado passa a "evidenciar" conclusões muito diversas, o que leva a aceitar que nos dados do IBGE, por exemplo, não está "o" Brasil, mas o Brasil do IBGE, assim como nos dados do Dieese está o Brasil do ponto de vista dos trabalhadores. Algo semelhante se deve dizer de índices e taxas, que supõem definição teórica prévia do que se vai captar e medir. Uma taxa de inflação não acusa "a" inflação como tal, mas aquela inflação que a respectiva taxa foi teoricamente predeterminada a medir. Esta questão parece clara quando se tenta decidir que componentes fazem parte da inflação, que itens do consumo deveriam entrar na coleta de preços, que peso atribuir no cômputo global a cada item. Por mais que as taxas possam assemelhar-se, porque as técnicas de coleta são mais ou menos as mesmas e por mais que as concepções de realidade possam aproximar-se entre si, há sempre lastro próprio de definição e sobretudo de interpretação analítica. Assim, uma taxa não "evidencia", apenas indica relevâncias possíveis, dentro do recorte feito no real.

A realidade que se quer captar é a mesma para todos, mas para captar é preciso concepção teórica dela, que pode ser diferente em todos, dependendo do que se define por ciência, por método, ou do ponto de partida e do ponto de vista, ou da ideologia subjacente, ou de circunstâncias sociais condicionantes ou condicionadas por interesses históricos dominantes.

Se numa teoria nunca está inclusa a realidade toda, mas tão-somente a maneira de a conceber, muito menos seria pensável encerrar em manifestações empíricas. A importância da *hermenêutica* está precisamente no reconhecimento de que a interpretação é inevitável. A realidade como tal não depende da interpretação para existir: existe com ou sem intérprete. Mas a realidade conhecida é inevitavelmente aquela interpretada. Caso contrário, seria ininteligível a disputa teórica entre quadros interpretativos diferentes e mesmo contraditórios. O dado é muito mais resultado teórico, do que achado, pois, para “achar”, é mister antes “decidir” o que achar e como achar (Kuhn, 1975).

A hermenêutica é a arte de descobrir a entrelinha para além das linhas, o contexto para além do texto, a significação para além da palavra. Concretamente, enfrenta os desafios do mistério da comunicação humana, que nunca é só o que aparenta: como descobrir que o comunicador, ao dizer *sim*, queria dizer *não*, ao sair da cena, queria sobretudo estar presente e ao calar-se, queria precisamente fazer-se notado.

Aí está a importância da teoria, que é a retaguarda criativa do intérprete inspirado. Domínio teórico significa a construção, via pesquisa, da capacidade de relacionar alternativas explicativas, de conhecer seus vazios e virtudes, sua história, sua consistência, sua potencialidade, de cultivar a polémica dialogal construtiva, de especular chances possíveis de caminhos outros ainda não devassados. O “bom teórico”,

assim, não é aquele que se perde nos meandros sinuosos da elucubração infundável, ao longe sempre incompreensível porque nada tem a comunicar de prático e aproveitável, mas aquele que insiste na estringência conceitual, sabe perseguir análises e interpretações, conhece caminhos diferentes de tentativa explicativa, guarda vivo senso crítico dos vazios de toda e qualquer teoria, retorna à teoria no contexto de qualquer prática, toma a explicação como desafio sempre a ser recommegado, aceita todo ponto de chegada como inevitável próximo ponto de partida. O bom teórico é sobretudo aquele que sabe bem perguntar, colocando a teoria no devido lugar. Instrumentação criativa diante de realidade sempre furtiva. Quem dispõe de boa teoria, diante do dado sabe interpretar, ou pelo menos sabe propor pistas de interpretação possível.

Faz parte, assim, da pesquisa teórica:

- a) conhecer a fundo quadros de referência alternativos, clássicos e modernos, ou os teóricos relevantes;
- b) atualizar-se na polémica teórica, sem modismos, para abastecer-se e desinstalar-se;
- c) elaborar precisão conceitual, atribuindo significado estrito aos termos básicos de cada teoria;
- d) aceitar o desafio criativo de prepor a realidade à fixação teórica, para que a prática não se reduza à “prática teórica”, e para que a teoria se mantenha em seu devido lugar, como instrumentação interpretativa e criação de criatividade;
- e) investir na consciência crítica, que se alimenta de alternativas explicativas, do vaivém entre teoria e prática, dos limites de cada teoria.

A seguir, é importante ressaltar a *preocupação metodológica*. “Pesquisa metodológica” pode parecer algo ainda mais

estranho, porque predomina a expectativa de que método se aprende, não se cria. Sobre tudo em estatística, a atitude típica é a de estar diante de "pacote" que temos de engolir.

Primeiro, é constatação comum que todo cientista criativo e produtivo marcou sua presença no mundo científico não só pela teoria e por vezes pela prática, mas também sempre pela discussão metodológica. Preocupa-se com método, porque é sinal de competência, no mínimo de bom nível. Marx, Escola de Frankfurt, Lévi-Strauss, Popper, todos sem exceção deixaram produções essenciais no campo do método, pois é impossível criar análises inspiradas sem discutir o *como* fazer (Habermas 1981 e 1989). Teoria coloca a discussão sobre concepções de realidade. Método coloca a discussão sobre concepções de ciência. Método é instrumento, caminho, procedimento, e por isso nunca vem antes da concepção de realidade. Para se colocar como captar, é mister ter-se idéia do que captar.

Ainda, também é constatação comum que metodologia científica é uma das matérias mais estratégicas na formação acadêmica, sobretudo na direção da motivação à pesquisa. Todo projeto sério de pesquisa contém em algum momento discussão do método, pelo menos no sentido barato de fases a serem seguidas, possíveis resultados colimados, autores que se pretende ler, interpretar, rebater, superar. A despreocupação metodológica coincide com baixo nível acadêmico, pois passa ao largo da discussão sobre modos de explicar, substituindo-a por expectativas ingênuas de evidências prévias. Nada favorece mais o surgimento do discípulo "copiador" que a ignorância metodológica.

Terceiro, é preciso lembrar que a distinção entre ciência e outros saberes está no método, sobretudo. Enquanto estes são taxados de senso comum, postura acrítica, credulidade

etc., por vezes sem razão, ciência é assumida como conhecimento metódico, cuidadoso, testado, e se possível verdadeiro. Assim, é a metodologia que coloca mais propriamente a pretensão científica e seu domínio define na prática quem é ou não cientista.

Nesse sentido, pesquisa metodológica é um dos horizontes estratégicos da pesquisa como tal, que não se restringe a "decorar" estatística com seus testes áridos, mas alcança a capacidade de discutir criativamente caminhos alternativos para a ciência e mesmo de criá-los. Um exemplo recente é a pesquisa participante, que, além de recolocar a questão da teoria e da prática, apresenta investiva forte na linha de refazer caminhos científicos, o que indica pesquisa em sentido estrito (Saul, 1988; Triviños, 1987; Thiollent, 1986). São essenciais polémicas metodológicas como a disputa entre positivismo e dialética ou em torno da proposta de ciência social com base na comunidade comunicativa ideal (Habermas, 1989; Tempo Brasil, 1989; Rouanet, 1986; Siebeneichler, 1989; Demo, 1989).

Alguns tópicos da pesquisa metodológica poderiam ser:

- a) discussão crítica das metodologias em uso: dialéticas, positivismos, estruturalismos, empirismos, sistemismos;
- b) propostas de metodologias alternativas: pesquisa participante, avaliação qualitativa, hermenêutica;
- c) capacidade de aferir de uma teoria a concepção científica subjacente, garimpando nas linhas e nas entrelinhas a postura metodológica;
- d) capacidade de detectar o fundo ideológico das produções científicas, já que são condicionadas também socialmente, do que se pode inferir a concepção de ciência e de método;

e) formação crítica e emancipatória de espaço científico próprio;

f) discussão do lugar da ciência na sociedade, que, como técnica, tem sido tática de lucro e opressão (Luedke & André, 1986; Haguette, 1987; Demo, 1987).

O mais interessante é o questionamento criativo, constante e processual da própria ciência: seu lugar na sociedade, o que pode e não pode explicar, suas ideologias e mitos, ciência como mito moderno, para da insatisfação retirar energia alternativa. A ciência mais criativa é aquela que se questiona, quando adquire ares de sabedoria. Embora todos busquem a mesma verdade, o que cada qual encontra é uma concepção possível, com decorrente método de captação. Aí, a coisa mais verdadeira será que a verdade não está toda em ninguém. Na pesquisa metodológica a ciência demonstra sobretudo que não morreu (Abbagnano, 1989).

Por fim, outro horizonte da pesquisa é a *prática*, por mais que as ciências sociais, contraditoriamente, possam estranhar tal postura. Por caminhos surpreendentes, as ciências sociais — que tratam a *práxis* social histórica — tornaram-se ou produto tipicamente teórico, ou cópia teórica.

Advêm disso repercussões drásticas, que vão desde o descrédito crescente das ciências sociais, cada vez mais vistas como impotentes frente aos problemas que apenas estudam, até ao cúmulo de inventar “especialidades” sem qualquer demonstração prática. É possível tornar-se “doutor em Educação” sem nunca ter amalhado experiência concreta. Basta ler alguma coisa, confrontar o que se leu, discutir em teoria a teoria, propor possível nova síntese teórica.

Reproduz-se formidável indigestão teórica, de estilo imitativo, quase sempre na direção de filiações tacanhas a determinadas posturas, no que a falta de elaboração própria em

termos teóricos e metodológicos se combina com a falta de confronto prático. É ironia: estuda-se na solidão da teoria a prática social coletiva, reintroduzindo um tipo diferente de “neutralidade”, tendo em vista a distância artificial cultivada.

Por essa porta artificial entra o fantasma da dicotomia entre saber e mudar, cuja correlação tende a ser inversa. De um lado, sabe-se muito mais do que se consegue mudar. De outro, no que se sabe, predominam estratégias de como não mudar. E temos o resultado sarcástico: as ciências sociais são sobretudo estratégia de controle e desmobilização social. Quanto mais se pintam de crítica radical, mais apenas “latem”, porque o sentido real é falar de mudança, para não mudar.

Todavia, não vale sacralizar a prática. Teoria e prática detêm a mesma relevância científica e constituem no fundo um todo só. Uma não substitui a outra e cada qual tem sua lógica própria. Nos extremos, os vícios do teorismo e do ativismo causam os mesmos males. Não se pode realizar prática criativa sem retorno constante à teoria, bem como não se pode fecundar a teoria sem confronto com a prática.

A distância para com a prática é compreensível, sobretudo pelo temor do confronto, que condiciona mudanças na teoria. Na prática, a teoria é outra, e vice-versa. Se a discussão crítica é cuidado providencial contra a petrificação das teorias, o confronto com a prática ainda é mais, porque é a prática que escancara a pequenez de toda construção teórica. Por isso, o que mais fomenta instabilidade teórica e obriga a buscar alternativas é o confronto prático.

A pesquisa participante é talvez a proposta mais ostensiva de valorização da prática como fonte de conhecimento, apesar de suas banalizações típicas. Propugna a eliminação da separação entre sujeito e objeto, tentando estabelecer relação dialógica de influência mútua, teórica e prática. Conhe-

cimento adquire a dimensão de autoconhecimento, aparecendo logo a importância da formação da consciência crítica como passo primeiro de toda proposta emancipatória. Todo conhecimento advindo da prática necessita de elaboração teórica, mas não é menos verdadeira a postura contrária. E isto permitiria superar a dicotomia sarcástica entre saber & mudar.

A ideologia recebe tratamento mais adequado, porque, sendo parte integrante do processo científico em ciências sociais, o desafio será como controlar, não como suprimir. A melhor estratégia de controle será sempre enfrentar abertamente algo que de antemão não se tenta camuflar. Ideologia aberta não faz mal, porque entra em cena como disruptivo. Neste sentido, pode ser fator criativo e fecundante.

A pesquisa prática — que nunca pode ser bem-feita sem teoria, método e empiria — é modo salutar de produção de conhecimento, que possui ainda a vantagem de puxar para o cotidiano a ciência. Pode resvalar facilmente para o senso comum, mas pode adquirir tonalidades muito criativas da sabedoria e do bom senso. Pesquisa prática não significa apenas a noção de aplicabilidade concreta, porque seria irônica uma teoria não-aplicável, mas sobretudo a prática como parte integrante do processo científico como tal. Conseqüência disso será que prática deve ser estritamente curricular, não fazendo sentido a noção truncada de estágio.

Pesquisa prática quer dizer “olhos abertos” para a realidade, tomando-a como mestra de nossas concepções. Quem é inteligente sempre aprende, porque está em atitude de pesquisa. Naturalmente muda de posição, no dinamismo natural de uma realidade variável e surpreendente. Ao contrário da tendência teórica típica que “ensaca” a realidade na teoria, pesquisa prática busca o movimento contrário: colocar realidade na teoria, obrigando a teoria a se adequar e

nisto a se rever, mudar e mesmo se superar. Assim chegamos a reconhecer que o critério mais pertinente, criativo, formal e politicamente, da cientificidade é a *discutibilidade*: somente o que é discutível, na teoria e na prática, pode ser aceito como científico. Apanha-se ciência, ao mesmo tempo, como expressão formal lógica, e como prática histórica na sociedade (Demo, 1988b, e 1989; Habermas, 1989). Não há ciência sem pesquisa; sobretudo, não há criatividade científica sem pesquisa. Não há emancipação histórica criativa sem pesquisa, compreendida como diálogo crítico com a realidade de no seu dia-a-dia e como raiz política da constituição de espaço próprio, com projeto próprio de vida (Ladrière, 1978).

3. A pesquisa como descoberta e criação

Em metodologia científica, descobrir e criar não são a mesma coisa. Quando se fala de *descobrir*, tem-se em mente postura próxima das ciências naturais, de estilo nomotético, que as entende como esforço formal de tratamento da realidade, para descobrir leis da sua estrutura e funcionamento. O cientista nada cria, apenas detecta relações. A lei da gravidade, por exemplo, é descoberta formidável, mas não significa intervenção na realidade ou criação de relações novas.

Na descoberta criou-se conhecimento novo, não realidade nova, embora a partir daí se possa inventar usos novos do conhecimento. O positivismo e o estruturalismo demarcam tal postura e, à sombra das ciências naturais, entendem ciência como descoberta das relações necessárias e dadas na realidade (Popper, 1959; Lévi-Strauss, 1967 e 1976).

Num exemplo aplicável à história, a concepção de dialética estrutural-objetiva busca delinear nela leis “férreas” do

seu desenvolvimento, pelo que a passagem do capitalismo para o socialismo se dá inexoravelmente, pela própria lei da sua dinâmica interna. Não são condições subjetivas que empurram a história e fazem a revolução, mas condições objetivas, já vistas como típicas determinações. Ao cair uma pedra, não é imaginável que, de repente, "decidisse" não seguir a lei da gravidade.

No texto *Contribuição Para a Crítica da Economia Política*, considerado apenas nele mesmo, Marx desdobra esse tipo de concepção dialética, que Lévi-Strauss supõe como estruturalista a seu modo (Marx, 1973; Demo, 1989). Parte-se do ponto de vista de que a ciência tem como proposta, no quadro da neutralidade metodológica, descobrir estruturas dadas da realidade, que são formas não-históricas por definição. Mesmo a consciência, que pareceria ligada à produção de conteúdos subjetivos, é algo estritamente objetivo para o estruturalismo, porque no inconsciente está a sua estrutura formal invariante, que aparece sobretudo sob o signo da lógica. É lógico, estritamente, aquilo que é formal-invariante.

Marx de certa forma alimentava, em momentos, a expectativa de fazer da história uma ciência exata. No texto citado atribui significação pálida, muito secundária, a fatores subjetivos. A revolução do modo de produção se dá objetiva e necessariamente, como resultado inexorável do desenvolvimento das forças produtivas. Tomando-se em conta outros textos, é possível equilibrar tal concepção, sobretudo diante da importância da "luta de classes", do papel do partido, da experiência histórica da Comuna de Paris. Como se fora gramática dada, esta não 'cria linguagem; apenas constata as relações necessárias dos seus termos. Descobrir a gramática de uma língua é algo sumamente criativo na linha do conhecimento sistematizado, não na linha da intervenção histórica na realidade (Moles, 1971; Bunge, 1974).

Por outra, quando se fala de *criar*, temos proposta diversa de ciência, desde os extremos hegelianos e similares que exageram o lugar das condições subjetivas, até o equilíbrio da dialética histórico-estrutural. Nunca se cria do nada, porque a história tem sempre antecedentes e conseqüentes, mas na fase nova pode predominar o novo, ao que se dá o nome de *revolução*. Qualquer dinâmica criativa não cria ao léu, porque a realidade histórica é pelo menos regulamentarmente condicionada, ainda que não-determinada. O próprio fato simples de que ciência se dirige ao geral, não ao individual — *de individuo non est scientia* — já denota que, se existe conceito de revolução, é porque nesse fenômeno há estruturas que se repetem, ao lado da criação histórica. Caso contrário, seria algo irrepetível e por isso refratário à captação científica.

A história vem concebida como, de um lado, condicionada por estruturas dadas, naturais e sociais, que jamais podem ser ignoradas, e, de outro lado, condicionada pela possível intervenção humana, que não precisa submeter-se passivamente às circunstâncias dadas ou encontradas. Assim como não se pode inventar revolução ao próprio talento, pode-se apressá-la, precipitá-la, retardá-la, de acordo com as condições de intervenção. Na revolução russa de 1917, talvez se pudesse aventar que se conseguiu precipitar a passagem histórica, tendo em vista que as condições objetivas — a passagem do capitalismo avançado, desenvolvido, para o socialismo — não estavam maduras ainda. As circunstâncias encontradas, contudo, foram favoráveis à intervenção de Lênin e do seu grupo, que acabaram impondo a cisão histórica mais pela via da manobra política do que pelo amadurecimento objetivo do modo de produção. Este fato não deixou de ter conseqüências até hoje, porque o surgimento apresado do socialismo queimou etapas, que a história posterior

reclamou sempre, a saber, a necessária acumulação de capital e a presença da grande produção como bases da superação da desigualdade. Para o socialismo é desafio próprio ter que acumular capital, pois deveria ter ocorrido no modo anterior de produção e, na prática, nunca se resolveu a contento (Bahro, 1980; Gilly, 1985).

Sem aprofundar a disputa entre dialéticas "objetivantes" e "subjetivantes", está claro que indicam concepções diferentes do caminho científico, mas no fundo ressaltam a mesma importância da pesquisa. Tanto em uma como em outra, pesquisar é condição essencial do descobrir e do criar. Isto, entretanto, é verdade com respeito à realidade como tal. Com respeito à produção científica, a disputa continua, caricaturada nos pólos antagonísticos do positivismo e da dialética (Adorno/Horkheimer, 1986; Albert, 1977; Demo, 1989).

A concepção formalista de ciência distingue e separa sujeito do objeto e investe em metodologia objetiva como instrumentação de cerceamento da subjetividade. Diante do objeto, cabe ao sujeito proceder à análise, decompondo-o em partes, em atitude de observador externo. No fundo, trata-se de constatar estruturas dadas, com suas relações formais invariantes, sobre as quais é possível exarar leis. A pesquisa analítica descobre e, nisso, cria conhecimento novo. Mas nada deveria colocar no objeto, que adviesse do sujeito como intervenção política. Este modelo é copiado das ciências naturais, nas quais a ideologia poderia aparecer apenas no sujeito, não no objeto. Este é dado e cabe à ciência desvendar a estrutura via análise (Demo, 1985a e 1988a).

Torna-se fatal a distinção entre ciência pura e aplicada, entre teoria e prática, por questão de método. Problema do cientista é somente saber, estudar, analisar, não intervir, mudar, questionar. O apelo à neutralidade científica é a fuga

útil, para não ter que enfrentar a questão ideológica. Não se supera essa questão; apenas se ignora. O que não deixa de ser a pior maneira de controlar. Ideologia indesejável sempre é aquela que se dissimula para influenciar ainda mais, não aquela que aparece claramente na cena, porque nisto já respeita a condição primeira do controle possível e passa a integrar-se no repto da discutibilidade (Albert, 1977).

No outro lado, a concepção histórico-estrutural de ciência coloca o *objeto construído* como produto e processo científico típico, admitindo que ciência é também criação. É importante discutir nesse quadro o relacionamento entre sujeito e objeto em ciências sociais, a começar pelo questionamento dos termos como tais: não há propriamente objeto, como é o caso em ciências naturais e que permite o distanciamento típico do analista observador.

De um lado, temos de assumir que as ciências sociais não são apenas questão de conhecimento, mas igualmente questão histórico-social. Elas mesmas refletem condicionamento social e são no fundo também "problema social". A noção de objeto construído adverte para este fato: ciência não é algo acima ou à margem da sociedade, mas componente da própria sociedade em que se faz. O cientista não é ente desencarnado, mesmo quando se traveste de neutro, mas animal político sempre. A ciência tem sempre a marca do seu construtor, que nela não só retrata a realidade, mas igualmente a molda do seu ponto de vista.

De outro lado, aponta-se para a característica de uma realidade histórica dinâmica e complexa, que jamais cabe na cabeça do cientista integralmente. A ciência recorta a realidade, porque, não alcançando dominar o todo, avança por meio da estratégia aproximativa das relevâncias discerníveis. Em termos práticos, vê-se na realidade o que se imagina

relevante, o que determina ato construtivo, pelo menos no sentido de que não se interpreta sem intervir. Na ciência deve estar a realidade, que é seu objetivo de captação, mas está sempre também a maneira própria do cientista de ver a realidade. E isso permite compreender os confrontos naturais de posturas contrárias, que constroem de modo diversificado a mesma realidade. É impossível compreender a teoria weberiana fora do contexto da prática ideológica histórica de Weber, e isto permite dizer que a teoria weberiana é uma construção de Weber.

O termo *construção* pode ser exagerado, quando indica que o cientista passa a "inventar" a realidade, sobrepondo a ela a rigidez teórica ou o interesse ideológico. Este fenômeno não é raro e faz parte do negócio hermenêutico. Porque a realidade nunca é evidente, interpretar é preciso. Porque a comunicação nunca é unívoca, interpretar é inevitável. Já diz o povo: "Quem conta um conto, aumenta um ponto". Ou na expressão italiana do "tradutor, traidor", porque é impossível apenas traduzir; em toda tradução há também interpretação.

Esta discussão pode mostrar o quanto a pesquisa é fundamental para descobrir e criar. É o processo de pesquisa que, na descoberta, questionando o saber vigente, acerta relações novas no dado e estabelece conhecimento novo. É a pesquisa que, na criação, questionando a situação vigente, sugere, pede, força o surgimento de alternativas.

Pesquisa se define aqui sobretudo pela capacidade de *questionamento*, que não admite resultados definitivos, estabelecendo a provisoriedade metódica como fonte principal da renovação científica. Há por certo noções de ciência definitiva, mas que sempre se aproximam mais do dogma — que apenas mascara a incerteza fundamental da realidade histórica — do que de produtos finais. Mesmo no positivis-

mo moderno, digamos em Popper e Albert, mas igualmente em Lévi-Strauss, o método nunca é colocado como inventor de produtos finais, até porque seria "mera invenção". A "falsificabilidade" popperiana rejeita evidências últimas, vivendo, pelo menos no método, a certeza das explicações imperfeitas, pois em toda explicação há pressupostos inexplicados. No estruturalismo, embora manipulando formas invariantes da realidade no contexto formal típico das ciências naturais, sua captação é aproximativa, premiada pelo modelo cada vez mais simples, mas nunca final e único.

A vantagem de posturas dialéticas está precisamente em colocar o questionamento não apenas no método, mas igualmente na própria realidade, até porque a ideologia não aparece só no sujeito, mas na realidade como tal, por ser histórica e prática. Não somente o método é dialético, sobretudo a realidade é dialética na substância. Por isso nela mesma se elabora o contrário, que leva à superação histórica.

Para descobrir e criar é preciso primeiro questionar. Esta relação é tão forte, que aí reside o "perigo" para a ordem vigente. O cientista é figura fundamental para o domínio da realidade, sobretudo em termos tecnológicos, mas é essencial que não seja crítico, em termos políticos. Cientista útil é aquele, ao mesmo tempo, competente em termos formais, mas alienado politicamente. A insistência sobre neutralidade científica tem essa direção ideológica, porque instrumenta a postura distanciada, aparentemente relevante para a análise, mas principalmente cômoda em termos políticos.

Para tanto encerra-se a ciência na descoberta, reservando a criatividade apenas para o nível do conhecimento. A seguir separa-se teoria da prática, fazendo do cientista mero instrumento tecnológico. Com isto a ideologia, sob a capa da neutralidade metódica, já penetrou todo o recinto da ciência e

serve à ideologia dominante, o que faz da ciência tendencialmente produto conservador ou pelo menos útil à ideologia conservadora, na figura do *idiota especializado*: competente formalmente, tapado politicamente.

Na história, porém, a lógica que mais interessa não é a "lógica da descoberta", como dizia Popper, mas a *lógica da criação*, da alternativa, da transformação, da esperança infinita. O questionamento não pode ser apenas ato isolado e esporádico, mas atitude processual que corresponde ao desafio que toda sociedade coloca sobre a ciência. A sociedade vê no cientista e na universidade não somente próceres e lugares da descoberta de relações dadas e necessárias, mas principalmente a geração incansável e sempre renovada da criatividade histórica. Por mais que a universidade tenha fraudado sistematicamente a esperança social, a sociedade continua esperando isso dela (Borda, 1985; Silva & Souza, 1984; Bachelard, 1986).

Pesquisa deve ser vista como processo social que passa toda vida acadêmica e penetra na medula do professor e do aluno. Sem ela, não há como falar de universidade, se a compreendermos como descoberta e criação. Somente para ensinar, não se faz necessária essa instituição e jamais se deveria atribuir esse nome a entidades que apenas oferecem aulas. Ainda que esse tipo de oferta possa existir em seu devido lugar, não pode ser misturada com aquela instituição que busca a sua principal razão de ser na pesquisa. Na ciência, o primeiro princípio é pesquisa.

4. A pesquisa como diálogo

Uma definição pertinente de pesquisa poderia ser: *diálogo inteligente com a realidade*, tomando-o como processo e ati-

tude, e como integrante do cotidiano. De um lado, é mister desmitificar o conceito de diálogo:

- a) não é algo sempre solene, coisa de cinema e teatro, ou algo ritual e especial como é a necessidade de comunicação entre professor e aluno;
- b) não é expressão dos consensos, da intelecção fácil e mecânica; é sempre também confronto, se for comunicação entre atores com idéias próprias e posições contrárias;
- c) não se restringe a conversa, discurso, mas é sobretudo comunicação, com todos os seus riscos e desafios; não é apenas o fenômeno de indivíduos que se encontram e defrontam, mas a complexa comunicação de uma sociedade sempre desigual.

De outro lado, é mister fazer a aproximação devida entre pesquisar e dialogar. De certa maneira, se em ciências sociais não cabe propriamente a noção e a posição de objeto, o relacionamento será de dois sujeitos, entre os quais cabe o diálogo como forma mais madura de convivência. Ao mesmo tempo, questionar inclui comunicar criticamente o próprio ponto de vista e receber criticamente o ponto de vista do outro.

Diálogo é fala contrária, entre atores que se encontram e se defrontam. Somente pessoas emancipadas podem de verdade dialogar, porque têm com que contribuir. Somente quem é criativo tem o que propor e contrapor. Um ser social emancipado nunca entra no diálogo para somente escutar e seguir, mas para demarcar espaço próprio, a partir do qual compreende o do outro e com ele se compõe ou se defronta.

O fenômeno do diálogo toca no complexo problema da comunicação social, cuja compreensão adequada dificilmente

escaparia do contexto hermenêutico. Primeiro, se a comunicação fosse óbvia, não haveria necessidade de interpretação, e o diálogo seria apenas reprodução, como faz um alto-falante. Segundo, a ambiência comunicativa é de tal modo dialética, que no fundo tem a característica do mistério. Nunca temos certeza suficiente, se comunicamos bem e se fomos bem compreendidos.

Mas, ao lado disso, a comunicação tem a característica do ardil, porque é sempre mais fácil confundir, desentender, enganar. O sorriso irônico comunica, através do sorriso, o contrário. O humor negro comunica a tragédia como diversão. Há silêncios ensurdecedores, ausências gritantes, desaparecimentos estratégicos. Enquanto, de um lado, a comunicação garante que é possível conviver, de outro abriga nela mesma a condição do desencontro. A comunicação pode, ao mesmo tempo, gerar e abafar a crítica, favorecer e suprimir o questionamento, motivar e desestimular o encontro.

Todavia, essa marca histórico-estrutural da comunicação não é diferente da realidade social, que também possui a característica do mistério e do ardil. Porquanto, não é somente algo estruturalmente dado, mas em parte feito, construído, conquistado. Onde entra o fator político, entra o ardil e, na sua complexidade extrema, esgueira o misterioso, de algo que somente pode ser preciso na imprecisão.

Uma realidade dessa tessitura não pode ser de todo dominada, muito menos vilipendiada como mero objeto de manipulação. Diante dela cabe outra atitude: precisamente a de pesquisa, no respeito entre sujeitos que se defrontam, no desafio mútuo nunca totalmente devassável, na relevância do cuidado em termos de procedimento relacional, na possibilidade de colaboração e desencontro.

Fundamental é essa compreensão, porque, de partida,

supera a pesquisa como simples descoberta, que termina na análise teórica. Como diálogo, é necessária comunicação e a socialização do saber faz parte integrante da sua produção, sem falar na ligação estrutural e histórica entre teoria e prática. Se comunicação fosse mero discurso, não passaria de permuta de signos em contexto apenas formal. Entretanto, para além disso, comunicação é no âmago fenômeno político, de atores polarizados, competentes se emancipados.

Pesquisar, assim, é sempre também dialogar, no sentido específico de produzir conhecimento do outro para si, e de si para o outro, dentro de contexto comunicativo nunca de todo devassável e que sempre pode ir a pique. Pesquisa passa a ser, ao mesmo tempo, método de comunicação, pois é mister construir de modo conveniente a comunicação cabível e adequada, e conteúdo da comunicação, se for produtiva. Quem pesquisa tem o que comunicar. Quem não pesquisa apenas reproduz ou apenas escuta. Quem pesquisa é capaz de produzir instrumentos e procedimentos de comunicação. Quem não pesquisa assiste à comunicação dos outros.

Sendo a desigualdade social o ardil principal da sociedade, é também o maior desafio da comunicação. De um lado, somente seres sociais desiguais se comunicam propriamente, porque criam a necessária polarização dialógica dialética. Seres iguais socialmente não criam relações novas, porque são de si contíguos e apenas permutantes. De outro, nada perturba, destrói, compromete tanto a comunicação como a desigualdade, pois somente seres iguais se comunicariam sem ruído. Aí estão o ardil e o mistério: comunicação sem ruído já não tem o que comunicar e não faz parte da história concreta; comunicação desigual tem, ao mesmo tempo, toda chance de criar e destruir. Esta é a história intranquila na sua estrutura e que sempre clama por transformação, sem chegar ao porto seguro.

Pesquisa assume contornos existenciais, porque encerra o desafio histórico-estrutural de compreender e enfrentar a desigualdade social, num processo que nunca termina. Pesquisa coincide com a vontade de viver, de sobreviver, de mudar, de transformar, de recomençar. Pesquisar é demonstrar que não se perdeu o senso pela alternativa, que a esperança é sempre maior que qualquer fracasso, que é sempre possível reiniciar. No fundo, pesquisa passa a ser a maneira primeira de o ator político se colocar, se lançar, seja no tatear cuidadoso em ambiente desconhecido ou hostil, seja no medir as próprias forças diante de forças contrárias, seja na instrumentação estratégica da ocupação de espaço.

Com isso chegamos a um ponto fundamental desta discussão, que é a visão da pesquisa no contexto dos *interesses sociais*. O confronto histórico-estrutural de interesses é que perfaz o ambiente típico da comunicação e do diálogo. Estes tornam-se necessários e inevitáveis, não por harmonia funcional, mas por sobrevivência. Sem um mínimo de convivência, não há sociedade praticável, ou pelo menos suportável. Essa drasticidade dialética — que é inútil descrever como drama, pois é simples dialética do conflito — recoloca com força específica a importância da pesquisa, no sentido preciso do conhecimento estratégico para a defesa adequada dos interesses. A insegurança social diante de interesses periclitantes recomenda saber, conhecer, informar-se, tanto para não perder posições, quanto para conquistar outras.

Muitas vezes destaca-se essa questão sob o ângulo da *curiosidade*, que estaria na base do espírito científico pesquisador. Há algum conteúdo nisso, pelo menos como possível motivação e embasa a dúvida metódica e mesmo estratégias didáticas de instigação da vontade de saber. Por curiosidade, muita gente lê muito, mete-se em discussões

sempre que pode, aprecia desvendar todos os detalhes, mantém-se bem-informada.

Entretanto, o móvel mais estrutural e histórico da pesquisa é sua *raiz política*, no contexto do diálogo interessado. Aí a própria negação do diálogo é forma de comunicação, via confronto. Talvez o exemplo mais à mão, embora incômodo, sejam os sistemas de informação do tipo CIA, SNI, KGB. A informação garante poder. Para se chegar a ele, é mister pesquisar. Este exemplo é incômodo, mas não deixa de escancarar o ardid da comunicação, quando a pesquisa, a serviço do poder, pode informar para desinformar, inventar “dados” para denegrir, conhecer para matar.

Outro exemplo é a pesquisa tecnológica, que adquiriu hoje o primeiro lugar como estratégia de acumulação de capital, superando já a fonte da mais-valia. O capitalismo perverso busca ainda o lucro através da depauperação do trabalhador. O capitalismo avançado, sem sair do contexto da mais-valia, descobriu que a maneira mais efetiva de fazer o capital crescer é a criação de conhecimento novo via tecnologia. Investem-se, então, fortunas na pesquisa tecnológica, que, com certeza, está menos a serviço do conhecimento científico, do que a serviço dos interesses dominantes. É neste sentido preciso que a ciência é também fenômeno social, não apenas epistemológico, pois sua formação e progresso são marcados por interesses sociais.

Talvez estranhe colocar essa crueza histórica no contexto da pesquisa como diálogo. Mas, em nome da comunicação dialética, não vale mascarar a desigualdade social, re-produzindo o diálogo uma concepção funcionalista. Não faz sentido imaginar a pesquisa sempre como boa intenção, fraternidade exuberante, porque é lenda. Ao ressaltarmos a raiz política da pesquisa, não decorre somente a sua chance

histórica de comunicação construtiva, mas igualmente a potencialidade de manipulação social.

Quer dizer, não podemos transformar pesquisa em ardil. Por coerência, valorizar a pesquisa é em primeiro lugar questioná-la. Não é assim que pode tudo, ou nada. De partida, não cabe afirmar que o conhecimento em si já é transformador, porque a geração da consciência crítica não é automática, mas conquista política típica. O conhecimento pode dirigir-se à transformação, como pode ser estratégia para não transformar. Pesquisa não é só a da paz; mais insistentemente é a da guerra. Aí cabe o questionamento, contra o ardil.

Em seguida, cabe afirmar que, como princípio científico, a pesquisa instrumenta qualquer interesse político, principalmente quando se pinta de neutra. Colocar pesquisa como diálogo transformador é processo político de conquista, de construção, de criação, que depende da qualidade política dos pesquisadores, no contexto da respectiva sociedade.

Dito isso, podemos valorizar à vontade pesquisa como diálogo, na esperança social de que, através dela, se possa motivar o surgimento de alternativas sociais mais aceitáveis. Aí aparecem sobretudo dois componentes fundamentais da discussão:

- a) pesquisa como princípio científico e educativo faz parte integrante de todo processo emancipatório, no qual se constrói o sujeito histórico auto-suficiente, crítico e auto-crítico, participante, capaz de reagir contra a situação de objeto e de não cultivar os outros como objeto;
- b) pesquisa como diálogo é processo cotidiano, integrante do ritmo da vida, produto e motivo de interesses sociais em confronto, base da aprendizagem que não se restringe a mera reprodução; na aceção mais simples, pode

significar conhecer, saber, informar-se para sobreviver, para enfrentar a vida de modo consciente.

É possível alargar ainda mais a desmitificação do conceito estereotipado de pesquisa, tendo em vista que aparece naturalmente — porque necessariamente — na formação histórica do sujeito social competente. Essa competência deve ser formal (domínio científico-tecnológico) e política (construção da cidadania), onde dialogar crítica e produtivamente com a sociedade e com a realidade é a própria demonstração da competência e da cidadania. Assim como “boa educação” não é monopólio de quem estudou muito, a capacidade de questionar criativamente a realidade não é marca exclusiva de cientistas (Carrher, 1983; Carrher et al., 1988).

De certa maneira, pesquisa se confunde com a filosofia, em seu sentido original: apreço pela sabedoria, tanto em sua modestia que sabe antes de mais nada que pouco sabe, como em sua exuberância que a tudo questiona, inclusive a si mesma (Abbagnano, 1989). Também no índio que busca resposta a inquietações que o perturbam e faz o mito, ou no caboclo que tenta explicar seus êxitos e fracassos e faz o saber popular, há lastro possível de pesquisa, quer na atitude de questionamento e dúvida, quer na adequação entre teoria e prática, quer na busca de inventividade diante dos desafios, quer no desdobramento de passos dedutivos e indutivos. Sem feichizar mitos e saberes populares, parece claro que no trajeto de formação das identidades culturais, a par de processos reprodutivos insistentes, há também momentos de criatividade originados da aprendizagem via pesquisa.

Nesse sentido, o que faz da aprendizagem algo criativo é a pesquisa, porque a submete ao teste, à dúvida, ao desafio, desfazendo tendência meramente reprodutiva. Aprender, além de necessário sobretudo como expediente de acumu-

lação de informação, tem seu lado digno de atitude construtiva e produtiva, sempre que expressar descoberta e criação de conhecimento, pelo menos a digestão pessoal do que se transmite. Ensinar e aprender se dignificam na pesquisa, que reduz e/ou elimina a marca imitativa.

Uma coisa é aprender pela imitação, outra pela pesquisa. Pesquisar não é somente produzir conhecimento, é sobretudo aprender em sentido criativo. É possível aprender escutando aulas, tomando nota, mas aprende-se de verdade quando se parte para a elaboração própria, motivando o surgimento do pesquisador, que aprende construindo (Franchi, 1988).

E isso não reduz apenas em competência técnica e científica; funda também um passo essencial no processo emancipatório. Dialogar com a realidade talvez seja a definição mais apropriada de pesquisa, porque a apanha como princípio científico e educativo. Quem sabe dialogar com a realidade de modo crítico e criativo faz da pesquisa condição de vida, progresso e cidadania. Não faz sentido dizer que o pesquisador surge na pós-graduação, quando, pela primeira vez na vida, dialoga com a realidade e escreve trabalho científico. Se a nossa proposta for correta ou pelo menos aceitável, a pesquisa começa na infância e está em toda a vida social. Educação criativa começa na e vive da pesquisa, desde o primeiro dia de vida da criança.